A CADEIA PÚBLICA DE REDENÇÃO-CE: PRELIMINARES PARA O ESTUDO SOCIOLÓGICO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO MACIÇO DE BATURITÉ

Maria Cleovania de Souza Silveira [1], Antonio Micael Pontes da Silva [2], Francisco Thiago Rocha Vasconcelos [3]

RESUMO

O presente trabalho é um fragmento dos resultados de pesquisa sobre o sistema penitenciário do estado do Ceará. Que teve como objetivo o destaque da importância e atuação de políticas de ressocialização no sistema penitenciário, atuação dos agentes de segurança pública e participação da comunidade nesse processo. Elegemos como objeto de estudo a cadeia pública de Redenção, localizado no interior do Ceará, sendo esse um dos 13 municípios que compõem o Maciço de Baturité. Para situar a realidade da cadeia pública, o presente trabalho inclui a organização do material de imprensa escrita sobre violência e segurança pública em Acarape e Redenção, dados da SEJUS e INFOPEN sobre os números de presos e suas respectivas penas, bem como, as políticas públicas aplicadas ao sistema das cadeias. Em primeiro momento trabalhou-se com os teóricos que contribuíram com históricos sobre o surgimento da prisão, destacando Michel Foucault (2014) como percurso deste assunto, e de Silviana Mariz (2004) ao nos apresentar as instalações da primeira cadeia pública no estado do Ceará. Espera-se que esse estudo possa contribuir para melhorias no regime do sistema penitenciário, na tentativa ainda de influenciar os órgãos públicos a investir em políticas públicas que atendam às necessidades básicas dos detentos, demonstrando a importância dessas para o comportamento dos detentos dentro da cadeia, e quando forem reintegrados a sociedade.

Palavras-chave:

Maciço de Baturité. segurança pública. criminalidade violenta. cadeia pública. ressocialização.

[1] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instito de Humanidades , Discente, e-mail: cleovaniasilveirateen@gmail.com
[2] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidade, Discente, e-mail: mickaelpontessilva@aluno.unilab.edu.br
[3] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Docente, e-mail: fvasconcelos@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de dois projetos de pesquisa Diagnóstico da Segurança Pública no Maciço de Baturité: representações sociais, políticas públicas e trabalho policial em Acarape e Redenção, referente ao edital PROPPG PIBIC UNILAB/CNPq nº 04/2016 e Segurança Pública no Maciço do Baturité: insegurança, vitimização e o papel das prefeituras em Acarape e Redenção, do edital PROPPG n º 03/2017 PIBIC UNILAB/CNPq, sob coordenação do Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos (docente do Instituto de Humanidades/UNILAB). Tiveram como objeto as dinâmicas relativas à criminalidade, violência e segurança pública em Acarape e Redenção, traçando eixos para um diagnóstico preliminar da segurança pública na região do Maciço do Baturité e dos dados gerais de mortalidade na região, assim como para a análise de representações sociais de operadores do direito, profissionais da segurança pública e atores da sociedade civil.

Neste trabalho apresenta-se o percurso específico de pesquisa da bolsista voluntária, que se dedicou ao estudo da Cadeia Pública do município de Redenção – CE, com vistas a uma análise do sistema prisional cearense e das políticas aplicadas aos detentos a partir da situação das Cadeias Públicas do estado, com foco principal na região do Maciço do Baturité, a cadeia pública de Redenção. A ausência de conteúdo/estudo/pesquisa que contemple o Sistema Penitenciário, não só no estado do Ceará, mas como em todo o Brasil, é um dos pontos que também instiga ainda mais a querer estudar tal assunto.

METODOLOGIA

Para este trabalho, teve-se como base inicial a coleta e análise de conteúdo dos dados estatísticos sobre índices de criminalidade e violência, de notícias de imprensa (jornais e internet) e de entrevistas. Realizou-se entrevistas semiestruturadas com operadores do direito, profissionais da segurança pública, o prefeito do município de Acarape, a vice-prefeita e o padre do município de Redenção, com intuito de se observar os diferentes olhares sobre os casos de violência e criminalidades desses dois municípios. Em relação à cadeia pública de Redenção, considerou-se a entrevista com ex-delegado, com defensor público, com uma senhora religiosa que a mais de 20 anos faz visitas a cadeia pública de Redenção, entrevistas com agentes penitenciários que atuam na cadeia e visita a cadeia pública de Redenção.

Como referencial teórico sobre sistema penitenciário, trabalhou-se com seguintes autores: Michel Foucault (2014), em sua análise sobre surgimento das prisões, em seu livro “Vigiar e Punir”; de Luciano de Oliveira (2010), que problematiza o uso de Foucault na realidade brasileira; de Marcos Luiz Bretas (2009), a respeito do surgimento das prisões no Brasil; e de Silviana Mariz (2004), em seu estudo sobre a primeira cadeia pública de Fortaleza.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise do Material de Imprensa

A partir do material de imprensa foi possível apresentar alguns acontecimentos que sedimentam narrativas construídas em torno de um núcleo discursivo majoritário: atuação de quadrilhas de assaltantes de banco, confrontos com a polícia, ciclos de vingança, “acertos de contas”, chacinas e disputas territoriais ligados à expansão de facções criminosas nesta região.

Um marco importante no histórico dos ciclos de acumulação social da violência em Redenção e Acarape diz

respeito ao “toque de recolher” instalado pelo autointitulado “Crime”. No dia 19 de Maio de 2017, nas duas cidades a grande maioria dos estabelecimentos (comércios e escolas, dentre outros) foram fechados e as ruas ficaram desertas. Sendo a população notificada por mensagens de WhatsApp, supostamente enviadas por integrantes de facção criminosa, através de celulares roubados. Tais mensagens amedrontam também alunos e professores da UNILAB, conforme apresentado por um professor da UNILAB, em entrevista ao jornal O POVO Online por telefone, e a pedido do mesmo não ter sua identidade divulgada. A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) em resposta informou que estaria apurando a veracidade das ameaças e reforçou o policiamento na região, apenas durante esse período, o que não se estendeu por mais tempo, voltando no segundo dia do ocorrido a contar apenas com três policiais militares de antes, que fazem a segurança dos dois municípios, Acarape e Redenção.

É importante destacar pelo menos três questões: 1) a mudança na consideração das facções criminais como elemento explicativo e a própria produção de narrativas feitas pelo “Crime”, no sentido de se contrapor à legitimidade estatal na garantia de segurança. Essas mudanças derivam em seu nexo básico das recomposições advindas da chamada pacificação ou unificação entre as duas principais facções criminosas do país (CV e PCC), que repercutiu na baixa dos índices de homicídios no ano de 2016, e a ruptura destes acordos, com suas consequências até os dias atuais, na forma de execuções e chacinas; 2) A situação de precariedade da segurança pública e da justiça criminal na região; 3) o início de um processo político, com a entrada de novos atores, sobretudo vinculados à UNILAB, mas não somente (vereadores, prefeitos, deputados, policiais), voltados à disputa da agenda política e governamental relativa à segurança pública, justiça criminal e direitos humanos.

O acompanhamento desses três processos nos obrigou a considerar não apenas os estudos acadêmicos ou material de imprensa e entrevistas como indicativos dos acontecimentos, mas também como veículos de produção de narrativas e sentidos em disputas, com diferentes consequências para o tipo de política a ser aportada à região.

A Cadeia pública de Redenção

Ao acompanhar o aumento da violência e criminalidade no Maciço de Baturité nos últimos anos surgiu o desejo em fazer um estudo e análise mais detalhado sobre as consequências desse cenário para a situação da Cadeia Pública de Redenção, cidade essa em que hoje está entre uma das mais violentas da região do Maciço de Baturité.

Antes de realizar o estudo, foi preciso entender o histórico do sistema penitenciário, destacam-se problemas que vem se arrastando desde o seu surgimento, com impacto no momento atual. Que vai desde a superlotação, que não é algo novo, até a falta de políticas públicas que faça valer os direitos do apenado. Nisso o sistema prisional não cumpre o que apresenta na Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, que afirma que o preso é um sujeito que deve ter direitos, quer que seja a pena que venha a cumprir, como também a motivação da ressocialização dos apenados, com vistas à diminuição da reincidência penal.

Atualmente o sistema penitenciário brasileiro é marcado por características, como: a superlotação, o quase total abandono dos governantes para suprir as necessidades básicas dos detentos dentro do presídio/cadeia e o domínio de “facções”. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Brasil possui hoje 2.631 estabelecimentos prisionais, onde estão distribuídos um número de 672.719 presos, tento capacidade para 408.596 (com déficit de 264.123 vagas). No ano de 2017, divulgação do INFOPEN, o país alcançou a terceira maior população carcerária do mundo, ultrapassando a Rússia que apresentava um pouco mais de 607 mil presos e ficando atrás somente dos Estados Unidos, que tem mais de 2 milhões de presos, e da China, que chega a 1,6 milhão de pessoas presas. O Brasil também se destaca com a maior taxa de encarceramento por 100 mil habitantes, atingindo o índice de 342, ultrapassado os chineses onde a taxa é de 118 presos por 100 mil habitantes. O índice é mais alto nos EUA (666), e na Rússia (448), e taxa de maior reincidência do

mundo.

Foi diante a tais números que surgiu o interesse pelo sistema penitenciário, e tomando como o objeto de estudo a cadeia pública de Redenção, através dela se ter ao menos uma aproximação do que de real acontece e como funciona o sistema penitenciário. A Cadeia Pública de Redenção está localizada em meio a uma comunidade conhecida como Alto da Bela Vista. A realidade desta Cadeia Pública tem sido alvo de manchetes noticiadas em jornais, revistas, meios eletrônicos, devido ao agravamento de possíveis rebeliões dentro da cadeia e fugas de presos entre 2013 e 2016.

Ao estudar a cadeia pública de Redenção um fator chama bastante atenção: o decreto que a juíza da comarca de Redenção lança no dia 19 de julho de 2013, tratando da suspensão da entrada de novos presos na cadeia pública de Redenção, de modo particular os presos provisórios oriundos das Comarcas de Barreira e Acarape. A justificativa dada pela juíza na ocasião foi que seria por causa das "condições de salubridade, higiene e, ainda, as condições precárias de instalação e funcionamento do estabelecimento prisional", ressaltando ainda a indisciplina, e as tentativas de fuga dos detentos, bem como, a inexistência de um policiamento efetivo dentro da cadeia. A superlotação, também seria um dos fatores. Segundo o número divulgado à época, o número de presos seria de quase três vezes maior que a capacidade de abrigar os detentos: com capacidade para 24, a Cadeia contava com 77 detentos. Atualmente, segundo dados do INFOPEN divulgados no mês de Julho/2018, são 24 vagas ocupadas 56 detentos. Em dezembro de 2015, o Ministério Público faz o pedido para que o prédio sede da cadeia seja reformado. Passados quase três anos e até o presente momento não se tem notícias de que tais investimentos serão feitos na Cadeia Pública de Redenção. Foi o que também nos afirmou o agente penitenciário quando indagado a respeito.

CONCLUSÕES

A partir das entrevistas e da visita realizada à Cadeia Pública Redenção, constata-se um grande descaso do governo. O estabelecimento encontra-se em péssimas condições em sua infraestrutura e segundo seus agentes não se fala em possíveis projetos de melhorias nessa parte. A superlotação é dos fatores em que acredita-se ser semelhante em muitas espalhadas por todo o estado do Ceará.

A Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS, ao apresentar como missão institucional a promoção do pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos humanos inalienáveis da pessoa humana, vem desenvolvendo um trabalho (lento) para o alcance dessas políticas públicas para os apenados, com promoções de ressocialização e envolvimento em atividades de forma que os presos não fiquem tão ociosos enquanto estiverem respondendo penas.

Destaca-se atuação do SEDUC (Secretaria de Educação) que em parceria com a SEJUS e as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimentos da Educação – CREDES, vem desenvolvendo um trabalho para ofertar ao detento a continuidade ao seus estudos dentro da própria penitenciária, casa de privação ou cadeia, onde alguns já chegaram a passar em vestibulares e prosseguindo a universidade. A CREDE 8, que corresponde aos municípios da Maciço de Baturité, em parceria com a instituição de ensino CEJA Donaninha Arruda, vem atuando em 8 cadeias públicas dos municípios do Maciço, segundo dados da SEDUC/SEJUS de 2016 (XAVIER, 2016). Porém, algo lamentável é que nos dados coletados da SEDUC/SEJUS e do INFOPEN não se tem na cadeia pública de Redenção quaisquer investimentos voltados para educação. A entrevista dada pelo agente penitenciário confirma a inexistência de política voltada para esse assunto, que ressalta também a má infraestrutura da cadeia, impossibilitando a implantação do sistema educacional que atenda os detentos.

AGRADECIMENTOS

Ao PIBIC/UNILAB, que nos possibilitou a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRETAS, Marcos Luiz; MAIA, Clarissa N.; SÁ, Flávio de; COSTA, Marcos (Org.). **História das Prisões no Brasil**. 1ªed.Rio de Janeiro: Rocco, 2009, v. 2, p. 155-181.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de RAMALHETE, Raquel. Petrópolis, RJ, 42.ed. Vozes, 2014.

MARIZ, Silviana Fernandes. **Oficina de Satanás: a cadeia pública de Fortaleza** (1850-1889). 2004. Diss. Dissertação. (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

XAVIER, Antônio Roberto. A Segurança Pública no Ceará no "Governo das Mudanças": Agenda Política, Fatos, Feitos e Promessas. **Revista LEVS**, v. 18, n. 18, 2016.

OLIVEIRA, Luciano. **RELENDO VIGIAR E PUNIR**. Dilema, Alagoas, v. 4, n. 5, p.06-30, maio/jun. 2011. Disponível em: http://revista.seune.edu.br/index.php/op/article/view/204 . Acesso em: 30 abr. 2018.

Notícias de Jornal:

NORDESTE, Diário do. Chacina em Redenção: cinco corpos achados em canavial. Ceará, 02 set. 2014. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2017.

O POVO. Grupo resgata oito presos e fere outros quatro na Cadeia de Redenção. Ceará, 11 ago. 2015. Disponível em: https://www20.opovo.com.br/app/ceara/redencao/2016/08/11/notredencao,3646052/grupo-resgata-oito-presos-e-fere-outros-quatro-na-cadeia-de-redencao.shtml >. Acesso em: 24 jul. 2017.

O POVO. Assaltos e áudios atribuídos a facções criminosas assustam moradores de Redenção. Ceará, maio 2017. Disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/redencao/2017/05/assaltos-e-audios-atribuidos-a- faccoes-criminosas-assustam-moradores-d.html >. Acesso em: 15 jun. 2017.

TJCE. Juíza da Comarca de Redenção suspende a entrada de novos presos na cadeia pública. Ceará, 22 jul. 2013. Disponível em: http://www.tjce.jus.br/noticias/juiza-da-comarca-de-redencao-suspende-a-entrada-de-novos- presos-na-cadeia-publica/ >. Acesso em: 23 jul. 2017.

Sistemas Consultados:

INFOPEN. Disponível em: http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias. Acesso em: 04 Set. 2018.

SEJUS-CE. Disponível em < http://www.sejus.ce.gov.br/ > Acesso em: 27 Agos. 2018.